



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI RESTRIÇÃO
DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2025**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO**

NATÁLIA BOSSLE DEMORI

**DIREITO AMBIENTAL E COSMOPOLITISMO:
UMA CRÍTICA À COLONIALIDADE E À DESIGUALDADE ECOLÓGICA EM
BUSCA DA REPARAÇÃO PERPÉTUA**

CAXIAS DO SUL

2025

NATÁLIA BOSSLE DEMORI

**DIREITO AMBIENTAL E COSMOPOLITISMO:
UMA CRÍTICA À COLONIALIDADE E À DESIGUALDADE ECOLÓGICA EM
BUSCA DA REPARAÇÃO PERPÉTUA**

Dissertação submetida à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito, Área de concentração em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul.

Linha de Pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cortez Fernandes

CAXIAS DO SUL

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

D386d Demori, Natália Bossle

Direito ambiental e cosmopolitismo [recurso eletrônico] : uma crítica à colonialidade e à desigualdade ecológica em busca da reparação perpétua / Natália Bossle Demori. – 2025.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2025.

Orientação: Alexandre Cortez Fernandes.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direito ambiental. 2. Descolonização. 3. Direito e política. 4. Direito - Filosofia. 5. Responsabilidade ambiental. 6. Proteção ambiental. I. Fernandes, Alexandre Cortez, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 349.6

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

NATÁLIA BOSSLE DEMORI

**DIREITO AMBIENTAL E COSMOPOLITISMO:
UMA CRÍTICA À COLONIALIDADE E À DESIGUALDADE ECOLÓGICA EM
BUSCA DA REPARAÇÃO PERPÉTUA**

Dissertação submetida à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito, Área de concentração em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cortez Fernandes

Aprovado em 09/12/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Cortez Fernandes – Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dra. Ana Maria Paim Camardelo
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Lucas Mateus Dalsotto
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Fernando Hoffmam
Universidade Federal de Santa Maria

A natureza não é muda. A realidade pinta naturezas-mortas. As catástrofes são chamadas de naturais, como se a natureza fosse o verdugo e não a vítima, enquanto o clima fica louco de pedra e nós também (Galeano, 2012, p. 185).

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas merecem agradecimentos pela construção deste trabalho. Sou privilegiada por ter na vida uma família amorosa, amigos compreensivos e professores que me inspiram. Serei breve, não por falta de gratidão, mas porque os agradecimentos acontecem no cotidiano, ou ao menos deveriam.

Aos meus pais, agradeço antes de tudo. Com amor imensurável, deram os meios para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. Minha mãe, Zilah, com seus cafés diários e a compreensão nos incontáveis “agora não”, ensinou-me o valor da ternura. Meu pai, Alex, ensinou-me o respeito pelas individualidades e a alegria de permitir que cada um seja o que é; com ele, aprendi a celebrar minhas pequenas e grandes conquistas.

Aos meus avós, Eunice, Maria de Fátima e Nestor (em ordem alfabética), agradeço por serem fontes inesgotáveis de cuidado e afeto. Trago comigo cada gesto de apoio, cada incentivo, cada colo e cada xícara de café.

Às minhas irmãs, Júlia e Laura, que, cada uma à sua maneira, acompanharam com carinho o caminho que escolhi. E ao meu padrasto e à minha madrasta, Marcio e Fernanda, por serem também presenças amorosas: um privilégio duplicado. Às minhas tias, Felícia e Rafaela, e aos meus primos, Bernardo e Eduarda, que ajudaram a formar quem sou, cercada de afeto desde sempre.

Aos meus amigos, que são família: Lucas, pela parceria incansável e perpétua; Eduarda e Roberta, pelos anos de amizade; Nathália e Monique, por todos os desabafos acolhidos; Carlos Eduardo, pelo apoio bem-humorado; minhas colegas e parceiras Alessandra, Caroline, Fernanda, Jéssica, Luíza e Jordana, pela caminhada conjunta. E ao meu amigo Mateus, pela generosidade das horas.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Cortez Fernandes, pela confiança, parceria intelectual e oportunidades que ampliaram este trabalho e a pesquisadora que me tornei. Aos membros da banca, Prof. Dra. Ana Camardelo, Prof. Dr. Fernando Hoffmam e Prof. Dr. Lucas Dalsotto, pela leitura atenta, pelas sugestões valiosas e pela gentileza. E agradeço, ainda, à Prof. Dra. Jânia Maria Lopes Saldanha pela inspiração cosmopolita.

E, por fim, a todos que não aparecem nomeados, mas que fazem parte desta caminhada: obrigada, com a sinceridade que nem sempre cabe no papel.

RESUMO

O trabalho parte da hipótese de que a catástrofe ambiental decorre de um modo histórico-colonial de habitar o mundo e que o Direito moderno, estruturado em torno da propriedade e da igualdade formal, chancelou e reproduziu essa racionalidade de exploração; diante do caráter transfronteiriço da crise e das aparentes limitações do Direito Internacional, questiona-se em que medida o diálogo entre Direito Ambiental e um cosmopolitismo jurídico em perspectiva decolonial pode orientar respostas jurídicas à desigualdade ecológica global e quais limites tal diálogo enfrenta. Objetiva-se mapear convergências, tensões e contribuições mútuas entre essas matrizes, com foco na proteção da chamada classe ecológica. A metodologia é teórico-analítica, articulando (a) revisão bibliográfica crítica; (b) análise de dados de organismos internacionais, como IPCC e ND-GAIN, sobre responsabilidade, exposição e capacidade adaptativa; (c) estudo de casos paradigmáticos; e (d) exame crítico das instituições e normas do Direito Internacional do Meio Ambiente. O trabalho divide-se em três capítulos: 1. “Do corte das veias à venda do sangue”, que analisa os fundamentos coloniais do Direito Ambiental; 2. “Justiça em ruínas”, dedicado à desigualdade ecológica e aos limites do direito internacional; 3. “Entre universalismo e pluriversalidade”, que explora possibilidades de um cosmopolitismo jurídico ambiental decolonial, seguido de considerações finais. As conclusões sustentam que a crise resulta de estruturas coloniais, que o Direito Ambiental vigente tende a gerir riscos sem transformar seus fundamentos e que um cosmopolitismo jurídico em perspectiva decolonial pode reconstruir a universalidade desde as margens, não estando livre, porém, dos obstáculos como a soberania estatal, as hierarquias internacionais e o poder corporativo.

Palavras-chave: Cosmopolitismo; Crise Ecológica; Decolonialidade; Direito Ambiental; Modernidade.

ABSTRACT

This study departs from the hypothesis that the environmental catastrophe stems from a historical-colonial mode of inhabiting the world and that modern law, structured around property and formal equality, has endorsed and reproduced this rationality of exploitation. Given the transboundary nature of the crisis and the apparent limitations of international law, the research asks to what extent the dialogue between Environmental Law and a decolonial approach to legal cosmopolitanism can guide juridical responses to global ecological inequality and what limits such a dialogue encounters. The objective is to map convergences, tensions, and reciprocal contributions between these frameworks, with particular attention to the protection of the so-called ecological class. The methodology is theoretical-analytical, combining (a) a critical bibliographic review; (b) analysis of international datasets, such as IPCC and ND-GAIN, concerning responsibility, exposure, and adaptive capacity; (c) examination of paradigmatic cases; and (d) a critical assessment of the institutions and norms of International Environmental Law. The work is divided into three chapters: 1. “From the Cutting of the Veins to the Selling of the Blood,” which analyzes the colonial foundations of Environmental Law; 2. “Justice in Ruins,” devoted to ecological inequality and the limits of international law; and 3. “Between Universalism and Pluriversality,” which explores possibilities for a decolonial environmental legal cosmopolitanism, followed by final considerations. The conclusions suggest that the crisis arises from enduring colonial structures, that current Environmental Law tends to manage risks rather than transform its own foundations, and that a decolonial approach to cosmopolitanism can reconstruct universality from the margins, though it remains constrained by obstacles such as state sovereignty, international hierarchies, and corporate power.

Keywords: Cosmopolitanism; Ecological Crisis; Decoloniality; Environmental Law; Modernity.